



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 180/2026**

**Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026**

**Processo Administrativo nº 4292/2026**

Certifico que na data 03/06/2026  
foi publicado no PNCP o Contrato  
de nº 180  
do dia 28/06/2026  
1.677  
Agente de Contratação

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA** e a Empresa **NUCLEOGOV ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA** na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA**, pessoa jurídica de direito público, portadora do CNPJ nº 01.179.647/0001-95, com sede na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 100, Centro – Piracanjuba/GO, neste ato representado por sua atual Prefeita, **Sra. Lenízia Alves Canêdo**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 418.163.661-53, residente e domiciliada nesta cidade, podendo ser localizada na sede da Prefeitura.

**CONTRATADO: NUCLEOGOV ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.580.442/0001-69, situado na Avenida T-2, Qadra 107, Lote 07, Setor Bueno – Goiânia/Go, Cep: 74.215-010, Email: [comercial@nucleogov.com.br](mailto:comercial@nucleogov.com.br); site: [www.nucleogov.com.br](http://www.nucleogov.com.br), telefone: (62) 3645-1088 / 3093-1088; neste ato representado pelo **Sr Barnabé Soares Neto**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 024.034.311-50, residente em Goiânia/GO, podendo ser localizado na sede da empresa.

O **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, acima especificados, têm entre si ajustados o presente Contrato de Prestação de Serviços, conforme autorização constante da Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026 e do Ato Declaratório expedido em 28 de maio de 2026, Processo Administrativo nº 4292/2026 regulados pelos preceitos de direito público e especialmente pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, alterações posteriores, supletivamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes Cláusulas e condições.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**1.1** Este contrato é firmado mediante prévio reconhecimento de necessidade, conveniência e Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026, conforme Ato Declaratório datado de 28 de maio de 2026, se rege pelo Artigo 74, Inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 19/2024, bem como Parecer Jurídico datado de 28 de maio de 2026, exarado pela Procuradoria da Prefeitura de Piracanjuba.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1** O presente Contrato tem por objeto, contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal de forma a atender a Lei de Acesso à Informação Nº 12.527/2011, Lei das Ouvidorias Nº 13.460/2017 e Leis Complementares Nº 101/2000 e Nº 131/2009.

**2.2** Nas condições estabelecidas no Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026, conforme incisos I e II, do art. 92, da Lei nº 14.133, de 2021 e condições deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1** O **CONTRATANTE** se obriga a pagar à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços do objeto do presente contrato, o preço conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total
01	<p style="text-align: center;"><b>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica em Transparência Municipal, compreendendo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Elaboração de 01 (um relatório) de auditoria em transparência por mês</b> de caráter preventivo,</li></ul>	12	Mês	R\$ 5.200,00	R\$ 62.400,00



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

	<p>informando sobre o atendimento dos critérios de funcionamento estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação no 12.527/2011, Lei das Ouvidorias no 13.460/2017, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal no 101/2000, Lei Complementar de Transparência no 131/2009 e Lei de Licitações nº14.133/21, bem como aferição de conformidade com os Programas de Transparência da CGU (Controladoria Geral da União), do Ministério Público, da ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas) e da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Disponibilização de departamento técnico para esclarecimento de dúvidas sobre o atendimento da legislação vigente</b>, pelos canais de atendimento convencionais;</li><li>• <b>Analisar as informações enviadas ao portal da transparência</b> a fim de verificar a conformidade com a legislação vigente, informando ao agente público responsável eventuais disparidades;</li><li>• <b>Elaborar e enviar relatórios, com informações e recomendações sobre a alimentação de dados e conteúdo no <i>web site</i> e Portal da Transparência</b> conforme a legislação supramencionada;</li><li>• <b>Promover treinamento e palestras para fomentar as boas práticas de transparência;</b></li><li>• <b>Elaborar documentos para auxiliar o cumprimento das determinações</b> visando à oferta de</li></ul>				
--	---	--	--	--	--



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

	<p>resposta adequada aos órgãos fiscalizadores, na hipótese de ocorrer ações civis públicas, termos de ajuste de conduta ou notificações propostas pelo Ministério Público Estadual e Federal, bem como na ocorrência de diligências dos tribunais de contas em face da instituição;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Assistência e orientação quanto à aplicação da Lei nº. 13.460/2017</b>, em relação à participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, em especial, ao acompanhamento do cumprimento de atualização da Carta de Serviços aos Usuários, bem como de auxílio às respostas as manifestações da Ouvidoria;</li></ul> <p><b>Auxiliar nas respostas aos questionamentos formulados no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)</b>, disponibilização de controle de prazos, assistência na confecção de relatórios estatísticos, conforme estabelece os ditames da lei nº 12.527/2011</p>			
<b>VALOR TOTAL DO FORNECEDOR ----- R\$ 62.400,00</b>				

**3.2** O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a devida protocolização da Nota Fiscal junto à Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Piracanjuba/GO, situada na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 100, Centro, Piracanjuba/GO

**3.3** Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado;

**3.4** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**4.1** O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, admitida a prorrogação nos termos da legislação aplicável.

**4.2** Este contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, por acordo entre as partes, ou, com prazo de dez (30) dias de antecedência, antes da data da apresentação, justificados os motivos de força maior.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL**

**5.1** Este contrato poderá ser aditado por iguais e sucessivos períodos, na forma e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, sendo que decorridos doze meses poderá ser reajustado pelo IPCA - Índice de Preços para o Consumidor Amplo, mantidas as condições iniciais.

**5.2** Toda alteração ou prorrogação deverá ser precedida por termo aditivo, atendido ao disposto na legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

**6.1** Os serviços que são objeto dessa contratação deverão ser executados pela Contratada, na sede do Município, ou em local a ser determinado pelo **CONTRATANTE**.

**6.2.** Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura e publicação do Contrato até findar a vigência do mesmo.

**6.3** A não entrega dos serviços será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Contrato e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**6.4** Não serão aceitos serviços de baixa qualidade, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da requisitante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**7.1** São obrigações do CONTRATANTE, nos termos dos incisos X, XI e XIV do artigo 92, da lei nº 14.133, de 2021:

**I.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**II.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**III.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**IV.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**V.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**VI.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**VII.** A requisitante terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

**VIII.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias;



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**IX.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**X.** A requisitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7.2** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, nos termos dos incisos XIV, XVI e XVII do artigo 92, da lei nº 14.133, de 2021:

**I.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**II.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**III.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (inciso II, do artigo 137, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**IV.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**V.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**VI.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**VII.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**VIII.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**IX.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**X.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**XI.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**XII.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (§ único, do artigo 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**XIII.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**XIV.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d", do inciso II, do artigo 124, da lei nº 14.133, de 2021.

**XV.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**XVI.** Responsabilizar-se inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados ao CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos empregados ou prestadores na execução dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

Centro de Custo	22.03.00000
Função / Programa / Ação	22.83.04.122.2827.2185
Elemento	3.3.90.35 – Serviços de Consultoria
Subelemento	0 – Serviços de Consultoria
Ficha / Fonte	125 – 100.0

**CLÁUSULA NONA– DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** der causa à inexecução total do contrato;
- IV.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII.** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da lei nº 12.846, de 2013.

**9.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ( § 2º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "II", "III" e "IV" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "V", "VI", "VII" e "VIII" do subitem acima deste Contrato, bem como nos incisos "II", "III" e "IV", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**IV.** Multa:

- a)** Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**b)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**c)** Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, avaliada a gravidade e o prejuízo causada pela infração cometida, aplicando-se os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.

**9.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

**9.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**I.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**caput** e parágrafos do artigo 158 da lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**9.8** Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- I.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** as peculiaridades do caso concreto;
- III.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- V.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.9** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

**9.10** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da lei nº 14.133, de 2021).

**9.11** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**8.12** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da lei nº 14.133, de 2021.

**9.13** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

**10.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da lei nº 14.133, de 2021;

**10.2** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao caput, do artigo 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**12.1** Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba/GO, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**12.2** Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026 a Proposta de Preços e outros documentos utilizados no julgamento da respectiva dispensa, sendo vinculado o Termo de



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

Referência a este Contrato.

**12.3** E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinam as partes abaixo.

Piracanjuba/ GO, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio de 2026.

LENIZIA ALVES  
CANEDO:41816366  
153

Assinado de forma digital por  
LENIZIA ALVES  
CANEDO:41816366153  
Dados: 2026.06.03 10:43:37  
-03'00'

**LENÍZIA ALVES CANÊDO**

Prefeita de Piracanjuba

Contratante

NUCLEOGOV  
ASSESSORIA E  
TECNOLOGIA  
LTDA:14580442000169

Assinado de forma digital por  
NUCLEOGOV ASSESSORIA E  
TECNOLOGIA LTDA:14580442000169  
Dados: 2026.05.28 14:05:26 -03'00'

**NUCLEOGOV ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA**

**CNPJ N° 14.580.442/0001-69**

**Contratada**

**Testemunhas:**

01) TAYNARA  
CARDOSO  
CPF: BARBOSA:0548  
4271193

Assinado de forma  
digital por TAYNARA  
CARDOSO  
BARBOSA:05484271193  
Dados: 2026.06.03  
15:06:38 -03'00'

02) DENISCELES  
PONTES  
CPF: RODRIGUES:0  
0363275142

Assinado de forma  
digital por DENISCELES  
PONTES  
RODRIGUES:003632751  
42  
Dados: 2026.06.03  
15:16:47 -03'00'

## CHECK LIST INEXIGIBILIDADE - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo nº 4292 - Portal do Empreendedor

5.200,00 = 62.400,00

Atestado de Capacidade Técnica - OK

Documento de Formalização de Demanda	OK
Estudo Técnico Preliminar (Quando houver necessidade)	OK
Termo de Referência	OK
Solicitação/ Pedido realizado no Sistema de Gestão (Centi)	OK
Proposta do Interessado	OK
Documentos da Empresa e Certidões Fiscais	OK
Documento que comprove a exclusividade	OK
<b>Declaração que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz</b>	OK
<b>Declaração reserva de cargo para deficiente</b>	OK
<b>Declaração de Pleno Conhecimento</b>	OK
<b>Declaração Microempresa.</b>	OK
Relatório - Estimativa de Despesa	OK
Documentos que comprovem a razoabilidade do preço contratual, mediante contratos ou Notas Fiscais de outros contratantes no período máximo de 01 ano	OK
Decreto de nomeação do Agente de Contratação	OK
Relatório Totalizador	OK
Despacho (Solicita autorização para o Prefeito para abertura de Processo)	OK
Autorização do Prefeito para abertura do Processo Licitatório	OK
Despacho (Encaminha Contabilidade para dotação e reserva orçamentária)	OK
Certidão da Contabilidade de Dotação e Reserva Orçamentária	OK
Minuta do Contrato	OK
Despacho (Encaminha Procuradoria para Parecer)	OK
Parecer Jurídico	OK
Decreto de nomeação do Fiscal do Contrato	OK
Ato Declaratório Numerado	OK
Comprovante de Publicação do Ato Declaratório no PNCP e Site Oficial do Município	OK
Comprovante de Envio TCM/Colare	
Contrato	
<b>Certidão 6 e CNEP</b>	
Extrato do Contrato para publicação	
Comprovante de Publicação do Contrato no PNCP, Jornais e Site Oficial do Município	
Despacho (Encaminha Contabilidade para Empenho)	
Empenho	
Comprovante de Envio TCM/Colare	
Despacho (Encaminha para o Controle Interno para Análise e Liberação)	